

**O ENSINO RELIGIOSO NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – UM  
RELATO PEDAGÓGICO DE EXPERIÊNCIAS**

Adriana Rocha Ribeiro<sup>1</sup>

**RESUMO**

Sou professora da escola Serafim da Silva Salgado, leciono há 2 anos a disciplina de Ensino Religioso e percebi que trabalhar a disciplina requer trabalhar não apenas a religião afrodescendente, mas também envolve trabalhar a compreensão do respeito à vida e por conseguinte ao outro, independente de raça, cor ou credo. Nossa escola possui casos de agressão verbal por questão da cor, bem como, o desconhecimento sobre as religiões afrodescendentes. Resolvi trabalhar essas questões. Com os alunos de 6º ano, discutimos por meio da sensibilização a música "Ninguém é igual a ninguém", mostrando que é na diferença que somos mais fortes; trabalhei também a importância do transcendente para cada religião e o assistir ao filme "Iemanjá Yemoja: A Criação das Ondas" na 11ª Mostra Cinema e Direitos Humanos. Com os alunos do 7º ano, trabalhei também a sensibilização do Ninguém é igual a ninguém, o filme "Imagine uma Menina com Cabelos de Brasil" na 11ª Mostra Cinema e Direitos Humanos; bem como, símbolos ritos e festas religiosas afro-brasileiras. Com os alunos do 9º ano, trabalhei o estudo mais aprofundados sobre a relação do sincretismo religioso dentro da história brasileira formadores do Candomblé e a Umbanda. Foi trabalhado os artigos dos Direitos Humanos com os 9º anos e a análise de notícias para que os alunos refletissem sobre a situação de agressão ou não a igualdade de direitos independente de raça, credo, cor, opção política, sexo; esse trabalho culminou numa produção de um jornalzinho. Com os oitavos e nonos também houve uma abordagem envolvendo um refletir sobre a situação do preconceito e direitos humanos que negros sofrem no Brasil e mundo por meio do assistir ao filme "Humano - uma viagem pela vida" na 11ª Mostra Cinema e Direitos Humanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direitos Humanos. Igualdade. Experiência Educacional.

---

<sup>1</sup> Professora da rede Municipal e Estadual de Ensino de Rio Branco, Acre, desde 2005 e 2010, lotada na Escola Estadual Serafim da Silva Salgado, leciona há dois anos a disciplina de Ensino Religioso. Formada em Letras Vernáculas pela UECE. Cursa a pós-graduação em Ciências da Religião pela Universidade Federal do Acre. E-mail: [arocharibeiroaraujo@gmail.com](mailto:arocharibeiroaraujo@gmail.com) e [cp.escolaserafim@gmail.com](mailto:cp.escolaserafim@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Refletir a promoção da igualdade racial na educação perpassa por legislações presentes na atual Constituição Federal de 1988, na sanção da Lei nº 10.639/2003 e na da Lei nº 11.645/2008 e é questão de justiça social e de direitos que devem ser vivenciados pelo cidadão. A cidadania se inicia com o reconhecer-se como ente de direitos e deveres políticos e sociais. E, é na escola que ela deve ser abordada como formadora, bem como ser vista num espaço de reflexão de temas transversais, assim como de discussão, em consonância com questões sociais presentes no momento histórico, visto esse espaço oferecer possibilidade ao exercício das capacidades adquiridas.

A construção do ser social, feita em boa parte pela educação, é a assimilação pelo indivíduo de uma série de normas e princípios — morais, religiosos, éticos ou de comportamento — que baliza a conduta do indivíduo no grupo. O homem, mais do que formador da sociedade, é um produtor dela (DURKHEIM, 2007, p.45).

Portanto, a educação tende, em Durkheim, ser vista como preparatória de formação de novas gerações. O aluno vem para a sala de aula munido de valores educacionais e formativos de instituições (a família, a igreja, os amigos, as associações e a mídia), que influenciam em todo o processo de ensino e aprendizagem, atribuindo significação aos conteúdos ministrados. Esses valores são reproduzidos na realidade da escola pública, a qual apresenta, com certa frequência, casos de agressão verbal por questão da cor, de etnia e de classe social. Nela também se revela o desconhecimento sobre pluralidade cultural, assim como sobre as religiões afrodescendentes, daimistas e indígenas, entre outras. Muitas vezes, adolescentes, cujas famílias são frequentadores do candomblé ou umbanda, sentem-se pressionados a não manifestarem a identidade religiosa, por medo da segregação. Essa realidade é fruto de uma sociedade discriminatória, que transmite valores racistas e preconceituosos por anos, refletindo a falta de respeito pela pluralidade cultural do povo brasileiro.

A partir da Lei nº10.639, de 09 de janeiro de 2003, o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira deu “passo inicial rumo à reparação humanitária do povo negro

brasileiro, pois abre caminho para a nação brasileira adotar medidas para corrigir os danos materiais, físicos e psicológicos resultantes do racismo e de formas conexas de discriminação” (BRASIL, 2006, p. 21). Já a Lei nº11. 645, de 10 março de 2008 inseriu também o estudo da história e da cultura indígena no ambiente escolar privado e público

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

As Leis vieram sacramentar uma necessidade social de justiça, reconhecido o relevante papel da escola para dialogar sobre valores, assim como fomentar conhecimento quanto à formação multicultural do povo brasileiro, e ainda sobre respeito e direitos humanos, sugerindo novos rumos para a sociedade que se deseja construir.

Segundo os Parâmetros Nacionais Curriculares, PCNs, “a escola, ao considerar a diversidade, tem como valor máximo o respeito às diferenças — não o elogio à desigualdade. As diferenças não são obstáculos para o cumprimento da ação educativa; podem e devem, portanto, ser fator de enriquecimento” (BRASIL, 1997, p.63). Assim, é de extrema importância que não apenas a disciplina de história, mas também os demais componentes curriculares promovam um ambiente propício para refletir sobre a condição de pluralidade cultural, ética, igualdade racial, saúde física e mental.

Apesar do Ensino Religioso não estar contemplado pelo MEC, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, ele é um componente curricular também presente na grade curricular do Projeto Político Pedagógico da escola. E, possui um objetivo claro de epistemologia para a compreensão do fenômeno religioso, em sua busca pelo Transcendente, por um lado; bem como no respeito ao outro e sentido da vida, por outro. Pelo fato de se prescrever a laicidade do Brasil na Constituição Federal de 1988, o Ensino Religioso tem o dever de promover a

igualdade no trato religioso, sem proselitismo por parte de nenhuma religião, ou ideologia religiosa, em detrimento a outra.

O Ensino Religioso visa a proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto dos educandos, buscando disponibilizar esclarecimentos sobre o direito à diferença, valorizando a diversidade cultural religiosa presente na sociedade, constante propósito de promoção dos direitos humanos. (PCNER, 2009: p.08)

Os direitos humanos estão contemplados no respeito à vida, como reflexo do exercício da alteridade, tema este desenvolvido também nas aulas de ensino religioso, assim como um dos dois eixos norteadores presentes na Proposta Curricular de 2002, do Estado do Acre. Assim, a grande questão é como abordar as Leis nº10.639/03 e nº11.645/08 como tema transversal na disciplina Ensino Religioso, observando-se o desenvolvimento psíquico e cognitivo da criança e do adolescente, com suas particularidades, atendendo a uma necessidade de intervenção para conscientização frente aos problemas presentes na escola. Isto aliado ao que se propõe para esse componente curricular e as dinâmicas diferenciadas que se seguirão como sequenciais para o desenvolvimento de um cidadão.

O objetivo deste artigo é relatar a experiência com alunos de 6º ao 9º ano do ensino fundamental II da escola Serafim da Silva Salgado, mostrando as diversas possibilidades de se promover a igualdade racial por meio da disciplina de Ensino Religioso, procurando-se entender, por meios práticos, a obediência às Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, diante da necessidade de combate ao racismo, à intolerância e à violência.

Quando se trabalha metodologias pedagógicas, observando-se o respeito às diferenças existentes em sala de aula, destaca-se a função social da escola para o desenvolvimento mais igualitário de oportunidades a todos os alunos e, por sua vez, promove-se a igualdade racial e social combatendo-se, ainda a repetência e a evasão escolar.

Em síntese, as escolas brasileiras, para exercerem a função social aqui proposta, precisam possibilitar o cultivo dos bens culturais e sociais, considerando as expectativas e as necessidades dos alunos, dos pais, dos membros da comunidade, dos professores, enfim, dos envolvidos diretamente no processo educativo. É nesse universo que o aluno vivencia situações diversificadas que favorecem o aprendizado, para dialogar de maneira competente com a comunidade, aprender a respeitar e a ser respeitado, a ouvir e a ser ouvido, a reivindicar direitos e a cumprir

obrigações, a participar ativamente da vida científica, cultural, social e política do País e do mundo. (PCN, 1997, p.35)

Dessa forma, foram utilizadas diversas metodologias pedagógicas, divididas em graus de abordagens para as primeiras séries e as últimas do ensino fundamental II, ao longo do ano de 2017, para se atingir o objetivo, quais sejam: dinâmicas de sensibilização, investigação familiar sobre a identidade religiosa, questionamentos reflexivos, projeção de filmes, assim como variadas leituras de gêneros textuais diversos como, por exemplo, os 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, incluídas notícias, para promover reflexões sobre o contexto sócio-político e histórico-cultural, além do religioso, por meio de rodas de conversa, seminários, produções oral e escrita.

## **OS PRIMEIROS DIÁLOGOS DO ENSINO RELIGIOSO NAS PRIMEIRAS SÉRIES DO ENSINO FUNDAMENTAL II**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, reporta-nos a um novo patamar educacional, suscitando observações para vários conceitos norteadores, dentre eles os conteúdos curriculares que dispõe atenção para “a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática”. Bem como direciona para o Ensino Religioso, no artigo 33, a facultatividade do ensino na escola, sendo ele de caráter não confessional, confessional ou interconfessional. No último dia 27 de setembro, o Supremo Tribunal Federal reiterou o caráter facultativo desse ensino ao aluno, mas obrigatório para a escola, determinando que, nas escolas públicas, terá feição confessional. Porém delega aos estados estabelecer regulamentação e definição de conteúdos a ser lecionados. A Secretaria de Educação do Estado do Acre, desde 2002, tem definida uma Proposta Curricular, relativa às antigas 5ª a 8ª séries, destinada ao Ensino Religioso, assim como acompanhou o processo de composição da Base Nacional Comum Curricular, desde 2014, que incluiu essa disciplina naquela versão, na área de Ciências Humanas. Há também o estabelecimento de diálogo com os professores dessa disciplina, por meio de Formações Continuadas, desde 2014, com intuito

de orientá-los para os trabalhos a serem desenvolvidos, respeitados os aspectos legais, em cada série.

Nas primeiras séries do ensino fundamental II, são recorrentes os casos de agressões verbais, de caráter discriminatórios, quanto a características físicas, religiosas e sociais do aluno. Na escola Serafim da Silva Salgado ocorre esses mesmos fenômenos. Como já indicado, anteriormente, é compromisso em qualquer componente curricular, incluindo o ensino religioso, gerar um ambiente harmonioso num espaço tão plural, combatendo qualquer preceito discriminatório, racista, intolerante ou violento. Diante dessas disposições, visando construir a conscientização de aluno altruísta e cidadão, foram pensadas atividades, no ano de 2017, para os 6º e 7º anos, a fim de apresentar aos alunos conceitos de pluralidade cultural e religiosa existentes além do âmbito familiar.

Para que haja uma apropriação significativa de conhecimento, é necessário, por parte do professor, uma compreensão sobre o desenvolvimento psicomotor e cognitivo que ocorre a curto, a médio e a longo prazo com o aluno, bem como seu contexto individual e multicultural. Essa deve ser, de modo amplo, a compreensão da professora de ensino religioso da escola Serafim da Silva Salgado, que leciona para todas as séries do fundamental II, de modo a favorecer a construção de objetivos claros, sequencialmente abordados. Quando se trata de objetivos específicos, diante de determinado conteúdo, assim como objetivo geral, em presença de uma plano de curso traçado para todo o ano letivo de cada série, percebe-se que mudanças de atitudes e de consciência serão paulatinas, como resposta, mas se revelam essenciais para que se tornem mais efetivas na etapa seguinte do ensino médio e, posteriormente, na vida.

No total de todo ensino fundamental II, foram 20 turmas, com cerca de 30 alunos, em média, as que foram trabalhadas, sendo cinco salas para cada série, cada uma com perfil de turma diferente, com personalidades e características próprias, sem que fosse omitida a presença de alunos com algum tipo de deficiência, com relação a sua integração ao meio. Assim, foram planejadas e conduzidas várias metodologias para tentar se alcançar a promoção da igualdade racial e social.

A sensibilização, por meio da música, sempre é um bom caminho a se seguir, pois envolve sensações e compreensões que perpassam pelo lúdico e o cognitivo, linguagem essa muito bem compreendida pela criança. Por meio da canção “Ninguém é igual a ninguém”, de autoria desconhecida, disponível em vários canais do Youtube, é possível iniciar o estudo da alteridade, discutindo que é na diferença que somos mais fortes e que, além de si mesmo há o outro, com os mesmos anseios e direitos de ser feliz e de ser respeitado, não importando crenças, etnia ou situação social. O diálogo motivado pela música, com os alunos do 7º ano, foi intensificado com reflexões acerca de sermos diferentes, mesmo sendo iguais, e sermos iguais, mesmo sendo diferentes.

Feita a sensibilização, proporcionando compreensão do conceito de alteridade, e por acreditar que há uma necessidade transcendente e latente no homem em saber quem ele é, de onde veio e para onde vai, propôs-se, por meio da investigação familiar, a descoberta da identidade religiosa que cada aluno trazia consigo até aquele momento. Após a investigação, os alunos do 6º ano discorreram, em um pequeno texto biográfico, sobre a religião que a família compartilhava, crenças ou não-crenças religiosas, símbolos, rituais e festas religiosas de que participavam. Foram feitas as leituras dessas produções. Os alunos, atentos, percebiam semelhanças e diferenças de credos e não esboçavam valoração ao ouvirem os colegas. Já os alunos dos 7º anos, ampliaram esse trabalho em grupo, formados por 4 componente, preenchendo a tabela 1, na qual puderam observar a própria identidade religiosa e a do outro. Cada grupo fez uma apresentação em sala, proporcionando a cada aluno a oportunidade de apresentar o perfil identitário de outro colega e, ao final de todas as apresentações, houve um momento para refletir sobre a importância de conhecer e respeitar a sua própria crença e a do outro.

**Tabela 1:** QUADRO DA DIVERSIDADE RELIGIOSA DA SALA APLICADO AOS ALUNOS DO 7º ANO.

| Aluno | Religião | Igreja que frequenta | Transcendente | Símbolo | Festa religiosa | Lugar sagrado | Crenças sobre: como o mundo e os seres humanos foram criados, para onde se vai após a morte, qual o principal ensinamento |
|-------|----------|----------------------|---------------|---------|-----------------|---------------|---|
|       |          |                      |               |         |                 |               |   |
|       |          |                      |               |         |                 |               |   |

Fonte: Arquivo pessoal da autora

O professor, ao abordar tais tarefas, necessita compreender que, como expõe a psicologia em Bertolucci, é preciso entender que a identidade de um ser está em processo de transformação, de dinamismo de identificação e desidentificação (do) desse mesmo indivíduo.

(...) é através da consciência que o Eu, o sujeito e a identidade se transformam. A consciência funda e fundamenta o sentido da individualidade, e não o contrário. É do nível da consciência que surgem os vários “eus”, “sujeitos”, e “identidades” possíveis. É também somente através de sucessivos movimentos da consciência que o sujeito pode unir-se ao objeto e a identidade ultrapassar o congelamento e a identificação a uma ou mais formas, e dar lugar à possibilidade de ser todas as formas, mudando de acordo com a situação vivida. (BERTOLUCCI, 1991, P.29)

Associada a compreensão de Bertolucci (1991) comparada à de educação em Durkheim (2007), a escola é vista como preparatória de formação de novas gerações, incluídas num processo dinâmico. Se há urgência na sociedade de se combater o racismo, assim como a intolerância e a violência, atualmente presente com maior poder de denúncia dessas práticas, há uma necessidade de formar uma nova geração que não apenas denuncie, mas que não tenha tendência a praticar tais ações. Por isso, um trabalho inicial explorando a relevância da alteridade se faz tão importante, logo nos primeiros planos de aula do ano letivo, sequenciados por temáticas ao longo desse mesmo ano, na disciplina de Ensino Religioso por todo o ensino fundamental II. Assim, trabalharam-se noções de valores de

amizade, solidariedade, ética e respeito em rodas de conversa, por meio de apresentação de situações-problema.

Estabeleceu-se, também, um diálogo promovido por meio de slides e textos, abordando a importância que o ser humano teve e tem de buscar um transcendente, para dar significação à vida. Assim, foi abordada, no 6º ano, a relação do homem com as civilizações e seus deuses, num contexto de reflexão sobre o que é fé e a busca desse Transcendente na natureza, iniciando-se um diálogo inter-religioso com o xamanismo, o candomblé e o xintoísmo, por exemplo. Já no 7º ano, a relação do homem com símbolos, ritos e festas religiosas aprofundou o olhar de importância para o respeito a diversas crenças de vários povos contemporâneos, como hindus, palestinos, israelenses, indígenas, budistas e afro-brasileiros.

Ao longo dessas atividades, houve sempre abertura para questionamentos feitos pelos alunos, durante as aulas e em rodas de conversas, que permitem que haja posicionamento de opinião, leituras de textos e reflexões sobre fé e respeito. Muitos desses questionamentos eram envolvidos sobre variados porquês: o da existência de tantas religiões, sobre o não existir apenas o cristianismo, sobre os símbolos religiosos serem dotados de tanta importância, a existência do batismo na religião cristã e a circuncisão na religião judaica, sobre o porquê de alguns deuses indígenas e orixás possuírem uma ligação com a natureza, por exemplo. Simultaneamente aos diálogos, surgiram novas dúvidas e curiosidades que iam sendo sanadas por meio de leituras, slides e vídeos, dentro da mesma aula ou da aula seguinte.

Todas as atividades relatadas acima assumiram papel de construção de conscientização para o combate à discriminação, ao racismo, à intolerância e à violência e foram acrescentadas às experiências com audiovisual, todas relacionadas às Leis 10.639/03 e 11.645/08.

Para propiciar ainda de forma mais significativa essa construção, por meio da parceria realizada com a coordenação de Educação para os Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade, ligada à Secretaria de Educação e Esporte do Acre – SEE, por intermédio dos professores Profª Esp. Izis Melo e o Prof. Me. Belchior Carrilho, tivemos acesso a vários curtas que estavam sendo exibidos na 11ª Mostra Cinema e Direitos Humanos.

Os alunos de 6º e 7º ano assistiram aos filmes "Iemanjá Yemoja: A Criação das Ondas", "Imagine uma Menina com Cabelos de Brasil" e "Meninos e reis". Algumas turmas foram ao Teatro Barracão, enquanto que outras assistiram aos filmes na biblioteca da escola. Segundo Brasil 2006:

O recontar de mitos africanos, dando outra visão à criação do mundo, é fundamental para que os(as) alunos(as) possam valorizar o outro em nós, posto que estes mitos fazem parte de nosso comportamento social e individual e, por vezes, não percebemos isso. Esse trabalho literário possibilitará momentos de envolvimento da imaginação e da emoção.

Assim, após cada curta, os alunos foram instigados a se posicionar com relação a cada situação apresentada. Muitas opiniões foram apresentadas de forma consistente e coerente com o que se espera do ser humano, cidadão que compreende a existência da miscigenação no Brasil, com pluralidade cultural incluído, por exemplo o fenótipo afro-indígena.

Durante o ano, os professores e a coordenação começaram a apontar uma considerada diminuição de conflitos ocorridos, com maior frequência, em sala de aula, decorrentes de intolerâncias relacionadas à características físicas de algum aluno, à situação social ou ainda à situação de crenças religiosas e minorias na escola. Houve, ainda, casos isolados que, por vezes, mascarados por brincadeiras inconvenientes, apresentaram tons racistas e discriminatórios. Porém, os professores puderam contar com a participação dos próprios alunos, coibindo tais comportamentos, reconhecendo nessas atitudes a desumanização, solicitando o respeito ao colega.

## **ENSINO RELIGIOSO E OS DIREITOS HUMANOS NAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL II**

Mesmo o Brasil tendo sido signatário tanto da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, quanto da Declaração e do Plano de Ação resultantes da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância, em 2001, isso não impediu que o país continuasse a registrar casos de racismo

presentes na sociedade e na escola. Não se promove a igualdade racial ou social sem dialogar com a compreensão dos direitos humanos. Nenhum trabalho eficaz acontece vindo de uma única ação desenvolvida em apenas um momento. A eficiência do aprendizado para uma tomada consciente e ética de atitude deve ser diária e continuamente construída.

Sabe-se que, mesmo a disciplina de ensino religioso não sendo elencada como área do conhecimento pelos PCNs, em 1997, houve um diálogo recente promovido pelo Fonaper (Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso) propondo um componente curricular de ensino religioso que estabelecesse envolvimento com a diversidade cultural, religiosa e de direitos humanos.

**Parágrafo 7** - Na Educação Básica, o Ensino Religioso não confessional assume a responsabilidade de oportunizar o acesso aos saberes e aos conhecimentos produzidos pelas diferentes culturas, cosmovisões e tradições religiosas, sem proselitismo. O estudo dos conhecimentos religiosos na escola laica, a partir de pressupostos científicos, estéticos, éticos, culturais e linguísticos, visa à formação de cidadãos e cidadãs capazes de compreender as diferentes vivências, percepções e elaborações relacionadas ao religioso e ao não religioso, que integram e estabelecem interfaces com o substrato cultural da humanidade.

**Parágrafo 13** - Na perspectiva da diversidade cultural, religiosa e dos direitos humanos, o Ensino Religioso não pode ser concebido como ensino de uma religião ou das religiões na escola. Busca desconstruir significados e experiências colonialistas, reconstruindo atitudes de valoração e respeito às diversidades, ao mesmo tempo em que instiga a problematização das relações de saberes e poderes de caráter religioso, presentes na sociedade e respectivamente no cotidiano escolar.

**Parágrafo 15** - A **ética da alteridade** é um dos fundamentos epistemológicos e pedagógicos para o **diálogo inter-religioso e intercultural**, princípio basilar para o reconhecimento da diversidade cultural na perspectiva da totalidade da vida. Nesse sentido, discriminações e preconceitos entre grupos humanos têm a oportunidade de serem desnaturalizados e, na medida em que são abordados como elementos de aprendizagem, contribuem para a **superação de violências de cunho religioso, para o reconhecimento de identidades culturais religiosas e não religiosas** na construção e na compreensão de entendimentos acerca do encontro e da convivência respeitosa com o outro na coletividade, implicando corresponsabilidades para o bem-viver.

Assim, partindo desse conhecimento, a proposta inicial de trabalho estabelecia que, para os 6º e 7º anos, seria desenvolvida a construção do diálogo do que trata o ensino religioso, qual seu papel de importância social e a construção da alteridade e conhecimento da pluralidade. Já com os alunos de 8º e 9º ano, seria ampliado e aprofundado esse diálogo, acrescentadas metodologias pedagógicas que enriqueceriam o trato do estudo do fenômeno

religioso, no Acre, com as comunidades tradicionais da Ayahuasca, incluída a compreensão do fundamentalismo religioso e seu potencial de promoção de conflitos, assim como denúncias de ações desumanas e mazelas sociais, decorrentes da escassez de valores morais e éticos.

Para que os alunos do 8º ano compreendessem que a política discriminatória religiosa vai além do fundamentalismo islâmico, envolvendo questões étnico-raciais, e que há outros conflitos religiosos decorrentes da falta de tolerância, devido à presença de jogo de interesses político-econômicos e ideológicos, bem como pela carência de direitos humanos, foram utilizados vários recursos didáticos, dentre eles os midiáticos. Foram lidos e interpretados textos presentes na cartilha “Muitos são os caminhos de Deus”, que refletiam sobre o papel das religiões no mundo e o comprometimento social de todas, de modo a garantir harmonia social, por meio da prática de valores éticos, e também incluída a reflexão sobre o ecumenismo.

Foram passados vídeos, presentes em canais do Youtube, sobre reportagens que mostravam o conflito religioso cristão na Irlanda, envolvendo católicos e protestantes. Houve uma roda de conversa, promovendo reflexões sobre a discórdia que há entre indivíduos de uma mesma religião que, por questões doutrinárias entre igrejas, enfrentam-se violentamente, contrariando o ensinamento cristão de amor, que é lema pregado por Jesus Cristo, em qualquer igreja católica ou protestante. Essa estratégia permitiu que se aprofundasse o conhecimento sobre outros conflitos religiosos, envolvendo questões étnico-raciais, ocorridos em vários países pelo mundo. Isso ocorreu por meio de roteiro de pesquisa e explicações em seminários feitos pelos alunos. Ao final de todos os seminários, outra roda de conversa ocorreu, para que houvesse uma comparação reflexiva sobre o direito ao respeito, à dignidade, à paz, à liberdade de crença e sobre a importância de se valorizar o ser humano, promovendo valores éticos.

Aos alunos de 9º ano, inicialmente, foram destinadas algumas reflexões sobre religiões regionais, que envolveram as comunidades tradicionais da ayahuasca. Para isso, alguns alunos que tinham ainda vivos avôs seringueiros, exercitaram um questionamento com eles, seguindo um roteiro de perguntas. Dentre algumas delas, qual era a relação dos

seringueiros com os indígenas, se haviam presenciado algum contato, com cura de enfermidade praticada pelos indígenas com os seringueiros e se houve convivência pacífica com esses povos ou se, ainda, naquela época, conheciam ou já se havia ouvido falar do daime. Houve roda de conversa, explanação dos questionários e leituras individuais e coletivas de textos da cartilha “Muitos são os caminhos de Deus” que abordassem sobre as comunidades tradicionais da ayahuasca e as várias correntes existentes na atualidade, houve explanação em seminário dos alunos a partir de roteiro sobre esse estudo. Os alunos ficaram surpresos ao saber que essa religião tem origem aqui no estado do Acre e é uma religião sincrética, reunindo cristãos, indígenas e afro-brasileiros, incluídas as pregações pela paz, amor, respeito ao outro e uma busca pela espiritualidade, trabalhada a fraternidade, por considerarem todos criaturas de Deus. Assistiram a vídeos também disponibilizados no Youtube, sobre reportagens que abordavam as investigações científicas no uso da ayahuasca relacionada à neurociência. Foi feita a interpretação da música “Sincretismo religioso”, de Martilho da Vila. Houve seminário preparado pelos alunos, seguindo roteiro de pesquisa envolvendo as várias tradições religiosas, incluindo os xamãs, candomblé e umbanda.

A leitura dos 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos também possibilitou que os alunos os compreendessem e reconhecessem, na leitura comparativa com notícias e reportagens impressas, a existência ou não de respeito ao ser humano no Acre, no Brasil e no mundo. Na roda de conversa, os alunos expuseram opiniões sobre como se poderia intervir para que tais situações fossem alteradas.

Para fomentar mais significação aos debates de conscientização sobre a pluralidade que envolve o ser humano, dentre elas o amor, a discriminação, as guerras, racismo e as desigualdades; os alunos, tanto do 8º quanto do 9º ano, foram levados, à noite, para assistir ao filme “Humano, uma viagem pela vida”, exibido na 11ª Mostra Cinema e Direitos Humanos, na Filmoteca Acreana. A roda de conversa não pôde acontecer após o filme, pois a volta para casa se tornaria muito perigosa, ficando para a sala de aula o refletir sobre solidariedade, dignidade e igualdade.

Os resultados dessas intervenções pedagógicas com os 8º e 9º anos foram bem positivos, pois os alunos compreenderam melhor a identidade miscigenada do povo brasileiro,

reconhecendo os preconceitos sociais que sofrem como negros e/ou moradores de um bairro de periferia, em Rio Branco. Verificou-se que começam a assumir e aceitar as características estéticas de ser negro(a), bem como aprender a reivindicar respeito, dignidade e qualidade de vida para si e para o outro. Resultou-se, como trabalho de produção, um informativo, imagem 1, e a produção de músicas parodiadas ou autorais, quer promovessem a igualdade e a paz, trabalhos esses elaborados pelos alunos dos 9º anos. Além disso, assumiram o compromisso de buscar posição de destaque na sociedade tendo, nos estudos, a motivação maior para esse alcance.

**Imagem 1:** 1º INFORMATIVO DE ENSINO RELIGIOSO DA ESCOLA SERAFIM DA SILVA SALGADO



Fonte: Arquivo pessoal da autora, presente também nos arquivos da escola Serafim da Silva Salgado

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho com todos os alunos do ensino fundamental II, da escola Serafim da Silva Salgado, na capital do Acre, permitiu constatar que, para a formação e promoção da igualdade social e racial, é necessário empreender um trabalho diferenciado como professor de Ensino Religioso, com foco em objetivos bem claros, a partir

do que, como educadora, se compreende sobre o papel do professor dessa disciplina no processo educacional, num contexto carente de justiça social, ética e cidadania.

“O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a **sociedade**” (PCNs, p27).

Percebe-se que trabalhar a identidade cultural afro-brasileira e indígena é resgatar, com justiça, algo que foi mascarado, de forma estereotipada, e que, por força maior de quatro séculos de dominação, perpetua-se até hoje, num racismo disfarçado, alimentado desde a família, identificado na escola, chegando à prática diária e, por fim, tomando proporções cíclicas de valores pejorativos, refletido em toda a sociedade.

Há necessidade latente e notória, apontada pelo MEC, informando que é urgente que se transforme a escola num espaço público, de debates e ações revolucionárias preventivas de problemas que a sociedade enfrenta, envolvendo questões de ética, saúde, pluralidade cultural, orientação sexual e meio ambiente.

Percebe-se que há um esforço da SEE, em parceria com o Instituto Ecumênico Fé e Política, em orientar os professores de Ensino Religioso a trabalhar o ensino não confessional. De 2015 a 2017, houve número satisfatório de formações com estudo da Cartilha “Muitos são os caminhos de Deus”, além de debates envolvendo a importância de se trabalhar várias tradições religiosas em sala de aula. Para evitar um ensino confessional, proselitista, tendencioso a falas discriminatórias e pejorativas às demais crenças ferindo, assim, a individualização de cada aluno nas salas de aulas, faz-se necessário um maior diálogo entre SEE e professores do Ensino Religioso, para que se estabeleçam estudos aprofundados da proposta curricular da disciplina, no Estado do Acre, as diretrizes de cronograma para cada série e os temas transversais. Do mesmo modo, conhecer os parâmetros curriculares de ensino religioso, discutidos pelo Fonaper, inserindo neles o olhar regional e legislativo das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Esse estudo precisa ser realizado com propriedade, consciente dos novos encaminhamentos dados pela ministra do STF, Cármen Lúcia, quanto à reintegração do Ensino Religioso na Base Nacional Comum Curricular.

Faz-se necessário que todos os professores de Ensino Religioso do estado do Acre participem de uma formação acadêmica na área, para qualificação, seja por meio da graduação ou pós-graduação lato sensu ou stricto sensu, a fim de se reconhecer, como escola, sua responsabilidade pela função sociopolítica e cultural-histórica, além de conceber, quanto a essa área do conhecimento, a de Ciências Humanas, onde se inclui o Ensino Religioso, seu caráter científico, possuidora que é de epistemologia, objetos de estudo definidos, fenomenologia específica, de objetivos, metodologia e resultados.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTOLUCCI, Eliana. **Psicologia do Sagrado: Psicologia Transpessoal**. 1ª ed. São Paulo: Ágora, 1991

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei 9.394/96**. Apresentação Esther Grossi. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.645/08** de 10 de Março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

\_\_\_\_\_. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/dm.document/orientações\\_eticoraciais.pdf](http://portal.mec.gov.br/dm.document/orientações_eticoraciais.pdf)>. Acessado em: 19 de nov de 2017

\_\_\_\_\_. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acessado em 16 de nov de 2017

COSTA, Carlos Odilon da; KRUGER, Clóvis Maciel. Epistemologia e Ensino Religioso: limites e possibilidades. **Ciberteologia – Revista de Teologia & Cultura**, São Paulo, ano 6, n 27, jan – mar 2011. Disponível em: < <http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/wp-content/uploads/2009/12/05-Epistemologia.pdf>>. Acessado em: 9 de nov de 2017

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2007

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO (Fonaper). **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso**. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

\_\_\_\_. **Componente Curricular Ensino Religioso** – BNCC. Disponível em: <<http://www.fonaper.com.br/basenacionalcomumcurricular.php>>. Acessado em: 15 de out de 2017

INSTITUTO ECUMÊNICO FÉ E POLÍTICA (IEFP). **Muitos são os caminhos de Deus**. Rio Branco: SEE, 2013.

ONU. **DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 de dez 1948. Disponível em <[unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf)>. Acessado em 27 de mar de 2017.

SCHERKERKEWITZ, Iso Chaitz. **O direito de religião no Brasil**. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista2/artigo5.htm>>. Acessado em: 22 de nov de 2017

VILA, Martinho. **Sincretismo religioso**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bdEkIxnIvU>>. Acessado em jan de 2017

ZANNINI, Iris Célia Cabannellas, et al. **Ensino Religioso** – Proposta Curricular do Ensino Fundamental. Rio Branco: Floresta, 2002.